

## **FONTES PARA A HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES: MINAS GERAIS, SÉCULO XIX**

**Tarcísio Rodrigues Botelho**

### **INTRODUÇÃO**

Vamos apresentar aqui algumas notas introdutórias que poderão orientar aqueles que enveredarem pelo campo da demografia histórica no Brasil. São informações preliminares que pretendem esclarecer sobre o que é este campo de estudos e as fontes disponíveis para o historiador das populações brasileiras. Para tanto, vou me utilizar das fontes que trabalhei em minha dissertação de mestrado, as quais, embora se refiram a Minas Gerais, encontram paralelos em todas as províncias do império brasileiro. Por outro lado, são fontes encontradas para o século XIX brasileiro. Pesquisas que enfoquem períodos anteriores ou posteriores, embora compartilhem alguns destes tipos de fontes, certamente não conhecem algumas aqui trabalhadas.

A comunicação divide-se em duas partes principais. Na primeira, fazemos um rápido comentário acerca do que vem a ser a demografia histórica e suas peculiaridades no Brasil. Em seguida, tratamos dos principais tipos de fontes encontradas, destacando como exemplos aquelas identificadas para Minas Gerais.

### **A DEMOGRAFIA HISTÓRICA BRASILEIRA**

Os estudos de demografia histórica no Brasil se desenvolveram principalmente a partir de 1970. Para tanto, foi de fundamental importância a difusão das técnicas francesas de trabalho com a demografia da Europa Moderna, em especial as técnicas de reconstituição de família. A partir da segunda metade da década de 1970, surgem os primeiros trabalhos inspirados na metodologia desenvolvida pelo **Cambridge Group for the History of Population and Social Structure**, na Inglaterra.

Costuma-se dividir a história demográfica em períodos distintos, conforme o tipo de documentação disponível. Para o Brasil, **MARCÍLIO** (1986:14) apresenta três períodos sucessivos. Um primeiro, chamado de pré-estatístico, inicia-se com a colonização e se estende até meados do século XVIII. Caracteriza-se pela existência de poucas fontes propriamente demográficas, com algumas estimativas globais da população brasileira, em bases frágeis. O chamado período proto-estatístico iria de meados do século XVIII até a realização do Recenseamento Geral do Império do Brasil, em 1872. Neste momento, os dados de base se tornam mais abundantes e permitem estudos isolados. A fase estatística, por sua vez, inaugurada com o Recenseamento de 1872, é aquela em que se pode contar com estatísticas globais confiáveis, frutos dos recenseamentos decenais.

**PAIVA, CARVALHO & LEITE** (1990:22-4), por outro lado, dividem a demografia histórica brasileira em apenas duas fases: a pré-censitária e a censitária. A primeira vai do início da colonização até o Recenseamento de 1872. Nela, os dados são esparsos e os totais de população para o Brasil são predominantemente estimativos. A fase seguinte é aquela em que se passa a contar com os censos nacionais (1872 em diante).

Seguindo estas classificações, o século XIX será predominantemente proto-estatístico ou pré-censitário. Como fontes principais de dados estatísticos, teremos: listas nominativas de habitantes, mapas de população local e registros paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos.

A única fonte propriamente censitária seria o próprio Recenseamento de 1872.

Antes de estudarmos estas fontes, são necessárias algumas considerações preliminares acerca do que vem a ser a demografia. Esta disciplina *“trata dos aspectos estatísticos de uma população num determinado momento, tamanho e composição, assim como também da sua evolução no tempo e da inter-relação entre as variáveis demográficas”* (CARVALHO, SAWYER & RODRIGUES, 1990:3). Os primeiros fatores a afetarem a evolução de uma população são os nascimentos e os óbitos. Caso estejamos lidando com uma população aberta, ela também sofrerá a influência de movimentos migratórios, ou seja, a saída (emigração) e a entrada (imigração) de pessoas. Quando tratamos de segmentos de uma população, eles serão afetados ainda pela mudança de classificação ou **status** de alguns indivíduos. Até 1888, a população brasileira conhecia uma divisão interna fundamental, qual seja, a presença de livres e escravos.

Para compreendermos as diferenças de comportamento destes segmentos de população, vejamos como evolui uma população qualquer. Em um intervalo de tempo, a variação no número de habitantes de uma determinada região é igual aos nascimentos nela ocorridos somados ao número de indivíduos que aí entraram, devendo-se diminuir neste total o número de óbitos e o de pessoas que daí saíram. Portanto, a população de uma região após certo tempo é a soma da sua população inicial com o número de nascimentos e entradas menos de mortos e saídas.

No estudo da população livre brasileira, devemos proceder de modo semelhante ao que se faz hoje em dia, guardadas as devidas diferenças de valores (taxas de mortalidade e natalidade mais elevadas). Para os escravos, porém, era diferente. No caso dos nascimentos e das mortes, para o século XIX, as taxas de natalidade e mortalidade de cativos eram bastante elevadas. De certo modo, acompanhavam a tendência geral dos livres, já que estamos lidando com uma população de comportamento demográfico tradicional. Todavia, devemos nos lembrar de que, entre os escravos, a natalidade era menor devido à forte presença de homens e a problemas relativos à fecundidade. Além disso, a mortalidade era mais elevada, especialmente a infantil, devido às péssimas condições de vida e de trabalho. Entretanto, condições de trabalho duras e baixo nível de vida eram situações compartilhadas por toda a população brasileira de então.

As entradas e saídas são categorias profundamente modificadas quando analisamos os escravos. Em primeiro lugar, há uma migração, forçada, realizada através do tráfico (internacional, nacional ou regional), que é fortemente seletivo, predominando os homens jovens. Outro aspecto desta migração forçada é o deslocamento dos cativos que acompanham seus senhores quando de suas mudanças. Por outro lado, a alforria é uma instituição que exerce a função de “saída interna”, pois provoca a mudança de categoria social, de escravo para liberto. Também ela é seletiva, já que atinge predominantemente os escravos mais novos ou mais velhos e as mulheres. Estas peculiaridades tornam necessário o estudo separado de livres e cativos, embora sempre se deva proceder à comparação entre ambos.

## AS BASES DEMOGRÁFICAS

Como dissemos anteriormente, o século XIX é, em termos de fontes, predominantemente proto-estatístico ou pré-censitário; assim, estaremos na dependência de fontes esparsas e que exigem cuidados especiais. Torna-se necessário, pois, conhecê-las e às condições em que foram produzidas, para podermos avaliar sua confiabilidade.

### 1. Registros Paroquiais

Os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos generalizaram-se a partir do Concílio de Trento (século XVI) e ocupam um lugar de destaque no desenvolvimento da demografia histórica. A partir do seu tratamento sistemático, chegou-se à formulação da técnica de reconstituição de famílias, “*um dos instrumentos básicos de estudo do comportamento das variáveis demográficas do período pré-censitário*” (COSTA, 1990:46).

Para o Brasil, a produção dos registros paroquiais assumiu alguns contornos específicos. Até a proclamação da República, em 1889, o clero ocupou um importante lugar na máquina burocrática do Estado colonial e imperial. A constituição de paróquias, a nomeação de padres, a remuneração de parte do clero, dentre outras, eram funções do Estado. Em contrapartida, os padres desempenhavam uma série de papéis como simples funcionários civis. O mais destacado deles era a constituição e controle do sistema de registro de eventos demográficos. Assim, ao clero cabia a coleta de informações sobre nascimentos (através dos batizados), matrimônios e óbitos da população brasileira. Ao longo do período colonial, este sistema apresentou sérias lacunas.

O processo de organização do Estado nacional que se seguiu à independência política do Brasil melhorou sensivelmente este serviço, senão em todas, ao menos em algumas províncias do Império. Minas Gerais esteve entre as províncias que apresentaram avanços mais marcantes. O governo provincial mineiro, especialmente ao longo das décadas de 1830 e 1840, primou pela ênfase na definição da divisão político-administrativa, organização do aparelho burocrático e constituição de um sistema de fluxo de informações estatísticas. Organização e controle eram as metas buscadas, em maior ou menor grau, pelos sucessivos governantes da província. Neste quadro, a coleta de dados demográficos foi bastante valorizada. O clero passou a ser o responsável pelo fornecimento de informações contínuas acerca dos eventos demográficos ocorridos em suas paróquias. A partir de 1836, cada clérigo se viu legalmente obrigado a enviar semestralmente ao governo provincial mapas-resumo dos nascimentos (batismos), casamentos e óbitos havidos em sua paróquia (Lei Provincial nº 46, de 21 de Março de 1836). O principal efeito desta política, sem dúvida alguma, foi a melhoria na cobertura e na qualidade das informações dos registros paroquiais, especialmente de batismos.

Esta melhoria dos registros parece ter atingido também os escravos, o mais das vezes pouco frequentes nas fontes documentais brasileiras. A facilidade de acesso ao registro paroquial certamente estimularia os senhores a registrarem suas “crias”, pois assim obteriam um registro legal de sua posse. Na década de 1870, houve a introdução de um novo fator a incentivar o batismo de escravos. A partir da chamada Lei do Ventre Livre, de 1871, todo filho de mulher escrava passou a ser considerado livre e a merecer um registro em livro separado. Segundo a lei, este filho de escrava deveria viver junto a sua mãe até os 07 anos de idade, sob a responsabilidade do senhor daquela. Este poderia exigir pequenos serviços da criança entre 07 a 14 anos de idade, como forma de diminuir seus custos de manutenção. Quando a criança atingisse 14 anos, deveria ser feita uma opção: ou se receberia uma indenização do governo ou se exploraria o trabalho deste jovem até os 21 anos, a título de ressarcimento por sua criação e educação. Devemos ressaltar que, em geral, optou-se pelo trabalho destes jovens. Portanto, somente aos 21 anos a “cria de ventre livre” se veria realmente livre. Como para fazer valer estes seus direitos os senhores deveriam registrá-las, sem dúvida alguma o nível de cobertura deste registro deve ter melhorado.

## **2. Listas Nominativas de Habitantes e Mapas de População**

As listas nominativas de habitantes são uma das principais fontes de dados demográficos

---

para o chamado período proto-estatístico ou pré-censitário. Nelas são arrolados nominalmente todos os habitantes de uma dada circunscrição administrativa (distrito, paróquia, etc.). As informações contidas nestes documentos são variáveis, mas em geral eles permitem levantar, dentre outros, dados quanto ao sexo, idade, profissão e distribuição por domicílio da população em foco. A riqueza e quantidade deste material produzido para alguns países permitiu o desenvolvimento de técnicas especiais de análise demográfica. A mais difundida é aquela criada na Inglaterra pelo **Cambridge Group for the History of Population and Social Structure**, baseada na análise da composição dos domicílios (LASLETT, 1974:23-51).

No caso do Brasil, muitos trabalhos em demografia histórica tomam estas fontes como pedra fundamental, seja utilizando as técnicas de análise de domicílio, seja fazendo reconstituições de famílias. A precariedade dos registros paroquiais e a relativa abundância de listas nominativas levou inclusive a uma adaptação da análise francesa de reconstituição de família (HENRY, 1977).

Para a Minas Gerais provincial, existem duas séries importantes de Listas Nominativas, uma para 1831-32 e outra para 1838-40. Elas são resultado das tentativas de se realizarem recenseamentos gerais da província e foram organizadas sob a responsabilidade dos juizes de paz, em atendimentos a solicitações do Governo Provincial. Objetivava-se com isto facilitar as deliberações da Administração Pública em áreas como tributos, divisão político-administrativa, recrutamento militar e outras.

As listas foram organizadas segundo os domicílios, com a relação nominal de todos os seus componentes. Para cada indivíduo, há informações quanto à cor, condição social (se livre, escravo ou liberto), idade e estado civil, podendo-se identificar o sexo pelo nome das pessoas. Além disso, traz a nacionalidade, para os não brasileiros, e as ocupações, principalmente para os chefes de domicílio. As listas de 1838/1840 informam-nos, ainda, sobre a alfabetização dos indivíduos (se sabe ou não ler ou escrever) (MARTINS, 1990(a):31-52).

Além destas listas nominativas, existe um conjunto de mapas de população, baseados nos distritos de paz e datados de 1833-1835. São resultados da observância do Decreto de 17 de Julho de 1832, que encarregou os juizes de paz de preencherem quadros padronizados e impressos, enviados pelo Governo Provincial. Neles, os habitantes foram divididos em quatro faixas etárias (até 15 anos, de 15 a 30 anos, de 30 a 60 anos e de 60 anos em diante), segundo a condição (livre ou escrava), a cor (branca, parda ou preta) e o sexo (MARTINS: 1990(B):13:29).

Esta riqueza de documentação censitária na década de 1830 reflete as preocupações do governo provincial mineiro com a organização político-administrativa, já enfatizadas anteriormente. Nas décadas seguintes, outras listas nominativas e mapas de população podem ser encontradas para alguns distritos e freguesias da Província de Minas Gerais. Entretanto, são esparsas e não apresentam a riqueza das séries aqui destacadas.

### **3. Recenseamento Geral do Império de 1872**

O Recenseamento Geral do Império foi o primeiro censo geral brasileiro, além de único censo nacional do período escravista; assume, portanto, uma importância toda especial. A nível nacional e mesmo provincial, este censo apresentou alguns problemas nos resultados gerais originalmente publicados. Algumas análises críticas apontaram-nas de forma mais acurada, mostrando como as incorreções na estrutura etária e os erros na agregação dos totais provinciais acarretaram grandes alterações na distribuição da população segundo certos atributos (ocupação, procedência, idade, etc.). (PAIVA & MARTINS, 1983: 151-63).

O trabalho com os dados ao nível de paróquias, base da coleta de informações, minimiza

estes erros. Ademais, é impossível ao historiador que pesquisa a população brasileira ignorá-lo ou menosprezar sua importância. Para o caso de Minas Gerais, deve-se lembrar, ainda, que o censo foi realizado um ano após o restante do país, em 1873.

#### 4. Inventários

O uso de documentação cartorial para estudos demográficos, embora apresente alguns problemas, torna-se relevante dada a escassez de fontes, típica do período pré-censitário. Por outro lado, para quem trabalha com este período, é importante lançar mão de fontes não propriamente demográficas para suprir as deficiências de dados apropriados.

O inventário **post mortem** era o resultado do processo que se abria com a morte de qualquer indivíduo possuidor de bens. Compunha-se basicamente das seguintes partes:

- 1) Capa do processo e termo de abertura, onde encontramos:
  - a. local e instância judiciária onde o processo estava sendo instaurado;
  - b. data de abertura do processo;
  - c. nome do falecido cujos bens seriam inventariados;
  - d. nome do inventariante e/ou testamenteiro;
  - e. herdeiros, em geral informando a idade e o estado civil;
  - f. termo de juramento do inventariante, onde o mesmo indicava data e, às vezes, local exato da morte do inventariado, além da presença ou não de testamento;
- 2) Avaliação dos bens, onde se discriminavam todos os pertences deixados pelo falecido. Estes bens eram avaliados por dois indivíduos (os avaliadores). A descrição e avaliação era precedida da “louvação” (indicação, por parte do inventariante e do juiz de órfãos, dos avaliadores dos bens) e do “juramento dos louvados” (fórmula fixa onde os avaliadores escolhidos se comprometiam a prestar a função de forma justa e honesta). Em seguida, havia o termo de avaliação, a sentença do juiz aprovando o trabalho e as custas processuais. Quando entre os herdeiros existiam menores de idade ou pessoas juridicamente incapacitadas, eram designados curadores e tutores, que acompanhavam todo o processo em nome destes indivíduos. Esta designação era formalizada através dos “termos de tutela”, “termos de curatela”, “juramento do curador” ou outras fórmulas fixas semelhantes;
- 3) Auto de partida, onde se fazia a soma dos bens anteriormente avaliados, formando o chamado “monte-mor”. Deste, subtraíam-se as dívidas e as custas do processo, constituindo-se, assim, o “monte-menor partível”. Retirava-se a “meação da viúva”, ou seja, metade dos bens do casal e o restante era dividido pelo número de herdeiros. Em seguida, realizava-se a partilha propriamente dita, distribuindo a cada componente discriminado uma quantidade de bens que satisfizesse seus direitos na herança.

Além dessas três partes mínimas, podemos acrescentar mais uma:

- 4) A última parte corresponderia ao acompanhamento, por parte do juízo de órfãos, do desempenho dos tutores com relação aos herdeiros menores e/ou incapacitados. O acompanhamento se dava através das “contas de tutela” ou “contas de curatela”, prestadas periodicamente. Esta parte,

obviamente, retringia-se aos inventários que possuíam herdeiros nestas situações e se encerrava com a maioria e/ou emancipação de todos.

Estas quatro partes fundamentais do inventário podiam estar entremeadas por petições ou recursos, de autoria do próprio inventariante, de herdeiros, credores, tutores de escravos, etc. A própria avaliação dos bens às vezes mostrava-se incompleta, devendo-se então proceder a avaliações de novos bens que apareciam ao longo do processo. Enfim, cada inventário constitui-se num documento único. Apesar da tentativa de, em estudos demográficos, utilizá-los comparativa e seriadamente, não podemos nos esquecer deste caráter particular de cada um deles.

As partes mais interessantes para o historiador demográfico são as duas primeiras, complementadas por elementos da quarta. Na primeira, despertam interesse todos os dados que identificam o(s) proprietário(s) dos bens a serem inventariados, além de seus herdeiros. Nome do morto, local de moradia, data da morte e do início do inventário, dados sobre viúvos(as) e herdeiros, dentre outros, são elementos importantes na localização espacial e temporal do que nos será relatado no interior do documento.

A seguir, localiza-se a descrição e avaliação de todos os bens que o inventariado possuía quando de sua morte. Em princípio, é possível reconstituir a antiga unidade de produção, devendo-se, para tanto, coletar todas as informações dadas pelo inventariante aos avaliadores. Entretanto, este procedimento é dificultado por duas ordens de problemas. Em primeiro lugar, o inventariante pode desconhecer a existência de alguns bens do defunto, vindo a saber dos mesmos apenas após a conclusão do trabalho de avaliação. Pode, ainda, ter apenas sonogado estas informações, sendo denunciado por alguém que tenha se sentido lesado. Nestes casos, lavra-se o chamado “termo de protesto”, onde estes novos bens são descritos e avaliados. Estes bens fazem parte do que estamos chamando de unidade de produção, devendo, portanto, ser coletados junto com os demais. Dentro desta unidade de produção, merece destaque a presença dos escravos. Aparecendo como bens semoventes, eram arrolados nos inventários com uma riqueza de detalhes muitas vezes inexistente em outras fontes. Neste sentido, podemos ter acesso a informações demográficas importantes acerca deste segmento populacional.

Um tipo de problema um pouco mais complexo diz respeito aos dotes. Os dotes são uma espécie de adiantamento da herança, feito espontaneamente pelos pais quando do casamento de suas filhas. Quando da confecção do inventário, após a morte de um dos pais, é necessário incluir-se no mesmo os dotes recebidos pelas filhas. A partir daí, o marido da filha dotada pode renunciar aos seus direitos de herança, caso se sinta satisfeito com o que já recebeu. Como estes bens já se encontravam em poder dos filhos antes da morte dos pais, os mesmos não faziam parte da unidade de produção paterna. Entretanto, apresentam interesse para o estudo do processo de reprodução da unidade familiar. Através do dote, os pais viabilizavam o estabelecimento de um novo domicílio e sua inserção no mundo econômico. Este papel do dote fica claro quando observamos que os pais “emprestavam” bens aos filhos do sexo masculino, num processo semelhante ao dote das filhas.

Quanto à quarta parte do processo, as contas de tutela e as petições envolvendo escravos são elementos que mais despertam interesse. Após determinado período (em geral, cinco anos), os tutores eram intimidados pelos juizes de órfãos a prestarem contas da administração dos bens de seus pupilos. Como fazem um relato da situação dos bens ao longo do tempo, estas contas são uma espécie de filme que retrata a evolução da riqueza no tempo. Embora com algumas limitações, mostram o que ocorreu com os bens, inclusive escravos, ao longo do período entre o inventário e a prestação de contas. As petições envolvendo escravos, por sua vez, revelam disputas pela posse de determinados cativos, as alforrias, as vendas e outras situações definidoras do seu futuro. São estas situações limites que vêm sendo trabalhadas com especial interesse pela historiografia

contemporânea. A dificuldade em quantificar estes dados é compensada pela riqueza de detalhes introduzida na análise das trajetórias seguidas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se vê, o trabalho do historiador demográfico encontra-se limitado pelas fontes de que dispõe, não podendo utilizar-se mais do que dos vestígios da realidade que pretende compreender. Neste sentido, a demografia histórica não é nem mais preciosa nem menos rica que as outras disciplinas históricas. É apenas mais um recurso de que o historiador pode lançar mão para conhecer melhor a realidade dos nossos antepassados.

As fontes aqui arroladas apontam ao mesmo tempo para os limites da demografia histórica e para o potencial representado pelo uso de múltiplas fontes. O cruzamento das informações entre inventários, registros de batismo e listas nominativas, com base no nome dos chefes de domicílio enriquecem sobremaneira a análise dos dados quantitativos e dão um colorido todo especial ao passado, flagrado tanto nos seus momentos de conflito e de mudança quanto na calma dos anos que se sucedem sem transformações marcantes.

### BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, J. A. M. de, SAWYER, D. O., RODRIGUES, R. do N. **Conceitos básicos e medidas em demografia**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1990.
- COSTA, I. D. N. da. **Vila Rica: população (1719-1826)**. São Paulo: IPE/USP, 1979.
- COSTA, I. D. N. da. **População mineira: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX**. São Paulo: IPE/USP, 1981.
- COSTA, I. D. N. da. "Registros paroquiais: nota sobre os assentos de batismo, casamento e óbito". **LPH: Revista de História**. Ouro Preto, 1 (1): 46, 1990.
- GUERZONI FILHO, G., NETTO, L.R.. "Índices de nupcialidade da população forra em Minas Gerais no século XIX." **VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Anais**. Olinda: ABEP, 1988.
- HENRY, L.. **Técnicas de análise em demografia histórica**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.
- LASLETT, P.. "Introduction the history of the family". In: LASLETT, P., WALL, R. (eds.). **Household and family in past time**. 2ª ed.. Cambridge: 1974.
- MARCÍLIO, M. L.. "A população do Brasil em perspectiva histórica." In: COSTA, I.D.N. da (org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- MARTINS, A. M.. N "Século XIX: estrutura econômica de São João del Rei e Campanha". **V Seminário sobre a Economia Mineira, Anais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1990. (a)
- MARTINS, M. do C. S.. "Revistando a Província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35". **V Seminário sobre a Economia Brasileira, Anais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1990. (b)
- MERRICK, T. W., GRAHAM, D. H.. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- NAZZARI, M.. **Dotes paulistas: composição e transformações (1600-1870)**. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 9 (17): 87-100, set. 1988/fev. 1989.
- OLIVEIRA, M. I. C. de. **O liberto: seu mundo e os outros**. São Paulo: Corrupio, 1988.

- PAIVA, C. A. "Minas Gerais no século XIX: aspecto demográficos de alguns núcleos populacionais". In: COSTA, I. D. N. da (org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- PAIVA, C. A., ARNAUT, L. D. H. "Fontes para o estudo de Minas oitocentista: listas nominativas". V **Seminário sobre a Economia Mineira, Anais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1990.
- PAIVA, C. A., CARVALHO, J. A. M. de, LEITE, V. da M.. "Demografia". In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: Séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- PAIVA, C. A., MARTINS, M. do C. S.. Notas sobre o censo brasileiro de 1872. **II Seminário sobre a Economia Mineira, Anais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1983.
- SAMARA, E. de M.. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- SANTOS, J. L. F., LEVY, M. S. F., SZMRECSANY, T. (org.) **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- SAUVY, A.. **Elementos de demografia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SCHWARTZ, S.. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colônia, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, Brasília: CNPq, 1988.

---

*Tarcísio Rodrigues Botelho*  
*Professor Assistente do Depto. de História da UFG*